

| | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|--|--------------|
| NG – DAF-010 | | ASSUNTO: PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

SUMÁRIO

- 1 DO OBJETIVO
- 2 DA ÁREA DE APLICAÇÃO
- 3 DAS DEFINIÇÕES
- 4 DA DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS
 - 4.1 DAS PREMISSAS
 - 4.2 DAS SANÇÕES
 - 4.2.1 Penalidades conforme RLC/CDSS
 - 4.2.2 Multas previstas no edital e contratos
 - 4.2.3 Cobrança do valor das multas
 - 4.2.4 Suspensão Temporária
 - 4.2.5 Impedimento de licitar e contratar
 - 4.2.6 Penalidade ao Consórcio
 - 4.2.7 Rescisão Unilateral
- 5 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO
- 6 DA COMUNICAÇÃO E PRAZOS
- 7 DOS ATOS QUE IMPORTAM SANÇÃO E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS
 - 7.1 Das Infrações no curso do procedimento licitatório
 - 7.2 Das Infrações Contratuais
- 8 DOS ATOS QUE IMPORTAM SANÇÃO E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS
- 9 DA INICIATIVA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE
- 10 DO RECURSO
- 11 DA DELIBERAÇÃO SOBRE CONTINUIADE OU RESCISÃO CONTRATUAL
- 12 PRAZOS PROCESSUAIS
- 13 DAS CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES
- 14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE PENALIDADE

ANEXO II – DELIBERAÇÃO – DEFESA PRÉVIA – PROCESSO DE APURAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE

ANEXO IV – DECISÃO – RELATÓRIO FINAL PROCESSO APURATÓRIO

A Diretoria Executiva da CDSS (Companhia Docas de São Sebastião), no uso de suas atribuições

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

estatutárias e regulamentares, resolve:

1. DO OBJETIVO

A presente norma tem por objetivo instituir procedimentos gerais para aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados, em sentido amplo, que tenham cometido infrações administrativas durante o procedimento licitatório ou na execução do contrato, no âmbito da CDSS.

2. DA ÁREA DE APLICAÇÃO

O teor expresso nesta norma se aplica a todos os envolvidos nos processos sancionatórios da Companhia, em especial às Comissões de Licitação e Equipe de Apoio da CDSS, aos seus Pregoeiros, Gestores e Fiscais de Contratos, os quais deverão conhecer, seguir, disseminar, aperfeiçoar e fazer cumprir as determinações aqui insertas.

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1.1. DAS SIGLAS

- 3.1.2. AJUR (Assessoria Jurídica)
- 3.1.3. AUDI (Auditoria)
- 3.1.4. CI (Comunicação Interna)
- 3.1.5. DAF (Diretoria de Administração Financeira)
- 3.1.6. DGP (Diretoria de Gestão Portuária)
- 3.1.7. DIPRE (Diretoria da Presidência)
- 3.1.8. GC (Gerência de Controladoria)
- 3.1.9. GF (Gerência Financeira)
- 3.1.10. GLC (Gerência de Licitações e Contratos)
- 3.1.11. SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores)
- 3.1.12. D.O.E. (Diário Oficial do Estado)

3.2. Para os fins do disposto nesta norma, considera-se:

3.2.1. **Administração Pública:** Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas, empresas públicas e sociedade de economia mista.

3.2.2. **Administração:** órgão por meio do qual a CDSS atua.

| | | |
|--------------------------|------------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

3.2.3. Autoridade Competente: agente público dotado de poder de decisão na esfera de suas atribuições.

3.2.4. Autorização de Uso: ato administrativo unilateral, discricionário e precário por intermédio do qual a CDSS faculta onerosamente o uso de determinado bem público a particular, por período de curta duração e em atenção a interesses predominantemente privado.

3.2.5. Contratado: pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração.

3.2.6. Contratante: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.

3.2.7. Contrato: contrato administrativo é o ajuste de vontades realizado entre particulares (pessoas físicas ou jurídicas) e a Administração Pública, com cláusulas específicas exigidas pela legislação.

3.2.8. Devido Processo Legal: No sentido amplo, é um princípio que deve ser interpretado à luz da Constituição de 1988, principalmente com supedâneo no art. 5º, incisos LIV e LV, os quais consagram a exigência de um processo formal regular antes de a administração tomar decisões que tragam gravame e possam atingir a liberdade e a propriedade. Ou seja, a Administração não pode proceder diretamente a uma decisão que entenda cabível sem antes garantir o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.

3.2.9. Infração Administrativa: É o comportamento ou a omissão que viola alguma norma de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos ao órgão.

3.2.10. Licitante: pessoa física ou jurídica, interessada em participar de processo licitatório, para o fornecimento de bens ou prestação de serviços, no atendimento às necessidades da Administração Pública.

3.2.11. Regime Jurídico Administrativo: refere-se ao complexo normativo que instrui o Direito Administrativo, capaz de colocar a Administração Pública em uma posição privilegiada na relação jurídico-administrativa para com o particular, que pode ser resumido em um plexo de prerrogativas e sujeições.

3.2.12. Rescisão Contratual: é a ruptura da relação contratual, estabelecida entre a CDSS e a contratada.

3.2.13. Sanção Administrativa: penalidade prevista em lei, regulamento próprio, instrumento editalício ou contrato, aplicada pela CDSS no exercício da função administrativa disciplinar, como consequência de um fato típico administrativo com

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal.

4. DA DESCRIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

4.1. PREMISSAS

- 4.1.1. Esta norma estabelece os procedimentos sancionatórios às pessoas físicas e jurídicas submetidas às regras da Administração, por meio das licitações, contratos administrativos ou qualquer outra forma de relação jurídica obrigacional, exceto as relações empregatícias.
- 4.1.2. Para efeito desta norma, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre as partes, ainda que com outra denominação, mas que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar e não fazer, entre outras admitidas em direito.
- 4.1.3. As previsões constantes nesta norma são de caráter geral e devem ter observância subsidiária em relação às normas e regulamentos específicos, no que não lhe for contrário.

4.2. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS E PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

- 4.2.1. Nos procedimentos licitatórios e contratos a **CDSS** poderá aplicar as seguintes penalidades, conforme art. 82 da Lei Federal nº 13.303/2016:

I – advertência, por infração leve que não cause lesão efetiva ou potencial ao interesse público e a **CDSS**;

II – multas, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar a **CDSS** por prazo não superior a 2 (dois) anos, observada a dosimetria da pena no caso concreto, devidamente justificado.

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|--|--------------------------------|
| ASSUNTO: | |
| PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| NG – DAF-010 | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 |
| REVISÃO Nº: | DATA: |

§1º Nas licitações celebradas na modalidade Pregão somente serão cabíveis as sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar previstas nos incisos II e IV deste item 4.2, respectivamente, as quais poderão ser aplicadas conjuntamente.

§2º Nas demais licitações poderão ser aplicadas as sanções de advertência, multa e suspensão temporária previstas nos incisos I, II e III do *caput*, respectivamente, sendo que as sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

4.1.2 As multas previstas nos editais e contratos da CDSS podem ser:

I – compensatórias, objetivando a reparação de prejuízos causados pela infração tipificada;

II – moratórias, aplicadas em decorrência do descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos no edital, no contrato ou nos documentos a eles vinculados;

III – punitivas, aplicadas para punir o descumprimento de regra do edital ou do contrato, não se destinando à punição do atraso ou ao ressarcimento de prejuízos causados.

§1º O valor da multa compensatória corresponde à prefixação do mínimo de indenização pelo inadimplemento tipificado, de modo que sua aplicação não dependerá da quantificação do prejuízo concreto causado.

§2º A aplicação de multas não afasta o dever de ressarcimento dos prejuízos causados quando o valor destes exceder as multas compensatórias efetivamente aplicadas.

§3º Os licitantes e contratados reunidos em consórcio respondem solidariamente por todas as multas aplicadas em razão do procedimento licitatório ou do contrato celebrado, conforme o caso, bem como pelos prejuízos derivados do inadimplemento.

4.1.3 **A cobrança do valor das multas aplicadas será efetivada da seguinte forma:**

I – desconto dos pagamentos devidos à empresa em função do Contrato, se houver;

II – execução da garantia prestada;

| | | |
|--------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|---|-------|
| NG – DAF-010 | | ASSUNTO: PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

III – emissão de nota de débito para pagamento de valores em aberto que por qualquer razão não puderem ser adimplidos na forma dos incisos I e II deste artigo.

§1º Enquanto ato administrativo da **CDSS**, a aplicação da sanção de multa em processo administrativo é dotada de executoriedade, de modo que o valor correspondente se torna exigível a partir do momento da aplicação.

§2º O não pagamento da multa no prazo estipulado importará a atualização do valor a ser pago com base no índice estabelecido no edital ou no contrato.

§3º Na hipótese de execução da garantia de execução contratual, a contratada deverá apresentar complementação do seu valor de forma a manter a equivalência já estabelecida no instrumento contratual, sem prejuízo na aplicação das penalidades previstas contratualmente.

§4º O valor das notas de débito previstas no inciso III que não sejam adimplidas poderá ser compensado com quaisquer créditos líquidos, vencidos e fungíveis que a licitante ou contratada possuam perante a **CDSS**, inclusive os oriundos de outras relações contratuais, ainda que não relacionadas à licitação ou contrato em que se deu a aplicação da penalidade.

§5º Sem prejuízo dos procedimentos de cobrança indicados neste artigo, a cobrança das multas poderá ser realizada pela via judicial.

§6º Em caso de assunção da posição contratual por terceiros, a responsabilidade por multas em aberto, aplicadas ou não, deverá ser regulada no instrumento de aditamento celebrado para formalizar a alteração ou no aditamento do termo de constituição do consórcio, se houver, presumindo-se, na omissão, a responsabilidade solidária da empresa que ingressar na relação contratual em andamento.

§7º O valor de referência para aplicação do percentual de multa será atualizado tomando por base a data de ocorrência da infração contratual.

4.1.4 A sanção de Suspensão Temporária, prevista no inciso III do item 4.2.1, será aplicada em função de grave infração administrativa que torne incompatível a celebração de contratos com a **CDSS**.

§1º A restrição para participação em licitações e celebração de contratos em função da aplicação prevista no *item 4.5* se dá no âmbito da **CDSS**.

| | | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|---|-------------------------|-------------------------------------|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|--|--------------------------------|
| ASSUNTO: | |
| PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| NG – DAF-010 | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 |
| REVISÃO Nº: | DATA: |

§2º A suspensão temporária também pode ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este regulamento:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

§3º Considera-se também grave infração administrativa os seguintes atos ilícitos praticados na fase licitatória:

I – ter participado ou tentar participar de licitação, quando enquadrável nas hipóteses de impedimento de participação em licitação;

II – a proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, praticando condutas como:

- a) não apresentar documento(s) exigido(s) para a assinatura do contrato;
- b) não cumprir com as condições relativas à garantia de contrato;
- c) não comparecer para a assinatura do contrato;
- d) praticar qualquer ato que inviabilize a contratação;
- e) não manter a proposta ou lance durante o período de sua validade;
- f) fizer ou apresentar documentação falsa;
- g) praticar conluio, combinação ou cartel na participação de licitação.

4.1.5 A sanção de **Impedimento de Licitar e Contratar**, prevista no inciso IV do item 4.2 será aplicada nas contratações na modalidade pregão em função de grave infração administrativa que torne incompatível a celebração de contratos com a Administração Pública Estadual.

Parágrafo único. A aplicação da sanção prevista no *item 4.6* impedirá a participação em licitações e celebração de contratos com todos os órgãos e

| | | |
|--------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo com todos os órgãos e entidades da Administração Pública de São Paulo.

- 4.1.6 No caso de **Consórcio** formado para participação em procedimento licitatório e para execução de contrato, as sanções de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e contratar, incisos III e IV do item 4.2 respectivamente, serão aplicadas a cada um dos integrantes que possam ser responsabilizados pela infração administrativa grave, considerando o grau de culpabilidade de cada consorciada pela conduta a ser penalizada.

Parágrafo único. É ônus das empresas consorciadas demonstrar a divisão de responsabilidades no âmbito do consórcio e a ausência de culpa pela infração administrativa que suscita aplicação da penalidade, inclusive quanto ao dever de vigilância.

- 4.1.7 Quando motivada por infração administrativa, a rescisão do contrato por iniciativa da **CDSS** será decidida no âmbito do processo administrativo sancionatório.

5 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

- 5.1 Constatada infração administrativa será instaurado processo administrativo sancionatório que observará os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público, eficiência, bem como o dever de motivação das decisões proferidas.

- 5.2 A instauração do processo administrativo sancionatório deve conter:

I – a identificação do procedimento licitatório ou do contrato em que se constatou a infração administrativa e do acusado ou dos acusados, caso cominada sanção de suspensão temporária.

II – as infrações administrativas a serem apuradas.

III – o relato dos fatos relacionados e dos fundamentos para abertura, ou não, do processo com descrição das circunstâncias relevantes conhecidas no momento da abertura.

IV – as sanções administrativas que podem ser aplicadas em caso de condenação, conforme previsões aplicáveis da legislação, do edital e/ou do contrato.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

V - a possibilidade de rescisão unilateral, se for o caso.

5.3 Instaurado o processo administrativo, será encaminhada citação para apresentação de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias, incumbindo ao acusado nesta manifestação:

I – alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos relacionados ao processo administrativo instaurado;

II – juntar as provas documentais que considere necessárias para o processo;

III – solicitar a produção de provas, mediante justificativa que indique a relevância para o processo e necessidade de sua realização.

§1º Os integrantes do consórcio poderão apresentar defesa prévia de maneira conjunta ou individualizada nos processos em que for cominada a sanção nos processos em que for cominada a sanção de suspensão temporária.

§2º Caberá ao acusado o ônus da prova de suas alegações.

§3º O custo da produção de provas será arcado pela parte que solicitou sua realização.

§4º A autoridade competente para aplicação das penalidades pode indeferir a produção de provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

5.4 O julgamento do processo será realizado pela autoridade competente da **CDSS**, em decisão fundamentada que deve contemplar:

I – os motivos para o indeferimento de provas requeridas com a defesa prévia, se for o caso;

II – a análise de alegações e documentos apresentados com a defesa prévia que sejam pertinentes ao processo;

III – os motivos da decisão, incluindo fatos e razões de ordem técnica e/ou jurídica aplicáveis ao caso;

IV - a indicação da(s) sanção(ões) administrativa(s) aplicada(s) e respectiva gradação, bem como da rescisão unilateral, se for o caso.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

§1º A fundamentação pode ser feita pela transcrição expressa das razões da decisão ou indicação de outros documentos do processo (relatórios, pareceres, decisões, etc) que contenham os motivos da decisão.

§2º Na aplicação das sanções de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e contratar deverá ser indicado o grau de responsabilidade ou participação de cada um dos integrantes de consórcio que venham a ser punidos com esta penalidade.

- 5.5 Após a intimação de decisão com aplicação de sanção administrativa, o acusado condenado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso administrativo.
- 5.5.2 Contra as decisões tomadas originalmente pelo Diretor-Presidente caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, que não poderá ser renovado.
- 5.5.3 A não apresentação de recurso ou pedido de reconsideração no prazo indicado no *caput* será certificada no processo e implicará o encerramento do processo, com o trânsito em julgado na esfera administrativa.
- 5.5.4 Como regra, o recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.5.5 O recorrente poderá requerer a concessão de efeito suspensivo, devendo apresentar fundamentos relevantes que justifiquem o deferimento da medida.
- 5.5.6 O pedido de efeito suspensivo será apreciado pela autoridade que decidiu o processo, em decisão não suscetível a recurso na esfera administrativa.
- 5.6 O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão.
- 5.6.2 Cabe ao Diretor-Presidente da **CDSS** apreciar o pedido de reconsideração em face das decisões que proferiu originalmente, podendo ouvir a diretoria executiva, se desejar.
- 5.6.3 Após a intimação da decisão de julgamento do recurso ou pedido de reconsideração, o processo administrativo será encerrado, não sendo cabível renovação do recurso, pedido de reconsideração, representação ou outra espécie de impugnação em face da referida decisão.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

6 DAS COMUNICAÇÕES E PRAZOS NOS PROCEDIMENTOS SANCIONATÓRIOS

6.1 As comunicações processuais serão realizadas preferencialmente por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada para o endereço indicado pelo acusado.

6.2 A comunicação processual por carta deve conter:

I – identificação da **CDSS** e do procedimento licitatório ou instrumento contratual a que o processo administrativo sancionatório se refere;

II – o nome do acusado ou dos acusados, se cominada sanção de suspensão temporária;

III – a síntese dos fatos que motivaram a instauração do processo;

IV – indicação das infrações administrativas e das sanções que podem ser aplicadas em caso de condenação, conforme previsões aplicáveis da legislação, do edital e/ou do contrato;

V – a possibilidade de rescisão unilateral, se for o caso;

VI – a indicação do prazo para manifestação do acusado e da disponibilidade dos autos para consulta.

6.2.2 Os custos pela extração de cópias serão arcados pelo acusado que as solicitar.

6.2.3 A comunicação também poderá ser realizada por meio da ciência presencial do acusado registrada em documento formal idôneo acostado ao processo.

6.3 A citação, comunicação processual encaminhada para informar a instauração de processo administrativo sancionatório, será pessoal.

6.3.2 Caso o acusado não seja encontrado a citação será realizada por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado.

6.4 O acusado será intimado sobre os fatos relevantes e decisões proferidas, inclusive sobre eventuais provas não apresentadas por ele que sejam produzidas ou juntadas após a instauração do processo.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231 ^a de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- 6.4.2 É ônus do acusado a manutenção do endereço atualizado perante a **CDSS**, de modo que será considerada como efetivada a intimação encaminhada para o último endereço informado.
- 6.4.3 Não haverá intimação do acusado para manifestação sobre subsídios técnicos e pareceres elaborados pelas áreas internas da **CDSS** com objetivo de subsidiar a decisão da autoridade competente.
- 6.4.4 O prazo para manifestação sobre novas provas é de 5 (cinco) dias úteis, devendo no prazo ser apresentadas as alegações finais do acusado.
- 6.4.5 Só caberá apresentação de alegações finais quando houver produção probatória após a apresentação da defesa prévia.
- 6.5 O descumprimento dos prazos indicados neste Título pelo acusado gera a perda da faculdade para a prática do ato, sem prejuízo ao direito de petição.
- 6.5.2 Os prazos indicados neste Manual poderão devolvidos mediante requerimento do acusado no caso de óbices imputáveis a **CDSS** ou a terceiros que impeçam seu cumprimento tempestivo.
- 6.5.3 A exclusivo critério da autoridade competente poderá ser concedida a prorrogação de prazos para manifestação do acusado se não houver prejuízo para **CDSS** e for demonstrada a necessidade da medida pelo acusado diante da peculiaridade e complexidade do processo.
- 6.6 A não observância dos prazos para prática de atos processuais por agentes da **CDSS** não traz consequências para o processo.
- 6.6.2 O recorrente poderá considerar como rejeitado o recurso administrativo ou pedido de reconsideração para o qual não se concedeu efeito suspensivo após o transcurso do prazo de 4 (quatro) meses, contados do protocolo da manifestação, sem prejuízo da obrigação de julgamento pela autoridade competente.
- 6.7 A contagem dos prazos se inicia a partir da primeira data de citação ou intimação dentre as seguintes:

I - data consignada no aviso de recebimento, nas comunicações por carta;

II - data da ciência presencial pelo acusado, na comunicação presencial;

III - data da publicação no Diário Oficial do Estado (DOE).

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

6.8 O processo administrativo sancionatório será encerrado nas seguintes hipóteses:

I – aplicação da sanção contratual após o julgamento do recurso administrativo ou do pedido de reconsideração com aplicação da sanção contratual cominada;

II – certificação nos autos do processo do transcurso do prazo para apresentação do recurso administrativo ou pedido de reconsideração, conforme o caso, em face de decisão pela aplicação da penalidade;

III – decisão da autoridade competente pela não aplicabilidade das sanções administrativas cominadas.

6.9 Só será admitida a reabertura do processo para:

I – anulação de atos e decisões inválidos dos quais resulte prejuízo, quando não forem passíveis de convalidação;

II – revisão por fatos novos ou circunstâncias relevantes que demonstrem a inadequação da decisão proferida no processo.

Parágrafo único. Não caberá anulação ou revisão de atos e decisões após o prazo de 10 (dez) anos, contados de sua produção.

7 DOS ATOS QUE IMPORTAM SANÇÕES E AS PENALIDADES APLICÁVEIS

7.1 DAS INFRAÇÕES NO CURSO DO PROCEDIMENTO LICITÁRIO

Os licitantes que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no instrumento convocatório de licitações da CDSS, ficarão sujeitos as seguintes penalidades, após regular procedimento de apuração, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis:

7.1.2 Advertência;

7.1.3 Multa;

7.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CDSS, por prazo não superior a 2 (dois) anos).

| | | |
|--------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

7.1.5 A prescrição de ação punitiva da CDSS é de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

7.1.6 O prazo prescricional se interrompe com o despacho da autoridade competente, que autoriza a abertura do processo administrativo de apuração de responsabilidade, configurando ato inequívoco que importa em apuração dos fatos, e que põe fim à inércia da Administração.

7.1.7 Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

7.1.7.1 Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

7.2 DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

7.2.2 Os contratados que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação ou nos contratos celebrados com a CDSS, ficarão sujeitos às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CDSS, por prazo não superior a 2 (dois) anos (em caso de contratos), e, 5 (cinco) anos durante o procedimento licitatório.
 - i. Sem prejuízo das sanções aplicáveis, caso o descumprimento da (s) regra(s) inflija em dispêndio, o contratado deverá ressarcir os danos causados em decorrência da infração cometida;
 - ii. A indenização de que trata o parágrafo anterior será precedida de apuração, que poderá ser realizada dentro do processo de aplicação de penalidade ou em procedimento apartado, a depender da complexidade;

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- iii. Sem prejuízo das sanções aplicáveis, a critério da autoridade competente e mediante decisão fundamentada, identificada a inviabilidade de continuidade contratual sem prejuízo para a CDSS, poderá haver rescisão do contrato, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente permita, mediante denúncia notificada à outra parte;
- iv. As sanções previstas nas as “a” e “c” do item 7.2.1 poderão ser aplicadas juntamente com a letra “b”, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8 DOS ATOS QUE IMPORTAM SANÇÃO E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

8.1 Das Infrações no Curso do Procedimento Licitatório

8.1.1 Os licitantes que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no instrumento convocatório de licitação, ficarão sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis:

a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, quando resultar em prejuízos insanáveis ao procedimento licitatório:

Sanção: Impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período de até 02 (dois) anos, podendo ser acumulado com multa de até 20% sobre o valor da proposta comercial;

b) Não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução do objeto:

Sanção: impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período até 02 (dois) anos, podendo ser acumulado com multa de até 20% sobre o valor da proposta comercial;

c) Fizer declaração falsa ou entregar documentação com informações inverídicas ou com indícios de falsidade:

Sanção: impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período até 02 (dois) anos, podendo ser acumulado com multa de até 20% sobre o valor da proposta comercial;

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- d) Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta:

Sanção: impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período até 02 (dois) anos, podendo ser acumulado com multa de até 20% sobre o valor da proposta comercial;

- e) Comportar-se de modo inidôneo:

Sanção: impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período até 02 (dois) anos, podendo ser acumulado com multa de até 20% sobre o valor da proposta comercial;

- f) Cometer fraude fiscal:

Sanção: impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período até 02 (dois) anos, podendo ser acumulado com multa de até 20% sobre o valor da proposta comercial;

8.1.2 Para fins desta norma, considera-se:

- a. **Documentação:** os documentos solicitados no edital para fins de composição da proposta, habilitação, documentação complementar, quando for o caso, bem como toda e qualquer documentação necessária e imprescindível para a condução do certame ou execução do contrato, desde que devidamente prevista em edital;
- b. **Retardar a execução do objeto:** qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;
- c. **Não manter a proposta:** manifestação da licitante pela retirada da proposta ofertada, quando ainda vigente a sua validade; ausência do envio da proposta quando negociado o seu reajuste; recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível; o pedido, pela licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, ou ainda, prática de atos que denotem a recusa ou desinteresse pela continuidade no certame depois de válida a proposta, desde que ainda esteja dentro do prazo de validade;

| | | |
|--------------------------|------------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- d. **Comportar-se de modo inidôneo:** a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, ou qualquer outro ato que macule os objetivos do certame e o interesse público;
- e. O edital de licitação poderá prever outras hipóteses de infrações e suas respectivas sanções, desde que devidamente justificadas pela área demandante, pela Comissão Julgadora de Licitações ou pelo Pregoeiro nos estudos preliminares, termo de referência ou projeto básico, desde que esteja amparada direta ou indiretamente em lei.
- f. As disposições desta seção aplicam-se a toda e qualquer modalidade licitatória, bem como aos procedimentos de seleção simplificados, nos casos de dispensa de licitação, permitidos por lei.
- g. As disposições desta seção são aplicáveis, no que couber, aos licitantes vencedores que, após o encerramento do certame e antes da assinatura do contrato, não entregarem a documentação complementar à área gestora ou a entregarem de forma incompleta, ou ainda, fora do prazo estipulado, caso haja tal exigência prevista no instrumento convocatório.
- h. As sanções previstas nesta seção serão aplicadas sem prejuízo do dever de reparar eventual dano causado à CDSS e de eventual responsabilização nas esferas penal e civil.
- i. A responsabilização de que trata este dispositivo não prejudica a instauração, em face do sancionado e/ou sócios, dirigentes, administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, de eventual Processo Administrativo de Responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, disciplinado pelo Decreto Estadual SP nº 67.301 de 24 de novembro de 2022.

8.2 Das Infrações Contratuais

- 8.2.1 Nas relações contratuais firmadas pela CDSS, as condutas dos contratados, pessoas físicas ou jurídicas, após regular procedimento de apuração, serão apenadas pelo cometimento das seguintes condutas:

| | | |
|--------------------------|------------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|--|--------------------------------|
| ASSUNTO: | |
| PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| NG – DAF-010 | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 |
| REVISÃO Nº: | DATA: |

- a) Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração: (Res. ST nº 40/1994, inc.I)

Sanção: multa de 20% do valor ajuste.

- b) Pelo atraso injustificado para o início da execução do contrato: (Res. ST nº 40/1994, inc.II)

Sanção:

- Em se tratando de compras:
 - Atraso até 30 dias, multa de 0,2% sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
- Em se tratando de serviços:
 - Atraso até 30 dias, multa de 0,4% sobre o valor dia de atraso.

Obs.: O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nas alíneas “d” e “e” será o valor original, reajustado até a data da aplicação da penalidade, pela variação da UFESP ou de outro índice que venha a substituí-lo. (Res. ST nº 40/1994)

- c) Pela inexecução total ou parcial do ajuste: (Res. ST nº 40/1994, inc.IV)

Sanção:

- Multa de 20% calculada sobre o valor das mercadorias, serviços ou obras não entregues ou da obrigação não cumprida, no caso da inexecução total;
- Multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida, no caso da inexecução parcial.

Observações: (Res. ST nº 40/1994, §§§1º, 2º, 3º e 4º, inc.IV)

- Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- As disposições dos itens anteriores aplicam-se, também, às aquisições e serviços que, nos termos da legislação forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- As penalidades mencionadas nos itens “i” e “ii” da alínea “c” são alternativas, devendo a Administração optar, a seu critério, por uma delas.

| | | |
|--------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|--|--------------------------------|
| ASSUNTO: | |
| PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| NG – DAF-010 | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 |
| REVISÃO Nº: | DATA: |

- iv. As normas estabelecidas na Resolução ST nº 40/1994 deverão constar, obrigatoriamente, em todos os instrumentos convocatórios das licitações e nos contratos sobre fornecimento ou serviços.

8.2.2 Fraude na execução do contrato:

Sanção: avaliando-se, fundamentalmente, a gravidade do ato e suas consequências, as penas desta alínea poderão ser aplicadas da seguinte forma:

- I. Multa de até 20%, incidindo sobre o valor global da contratação;
- II. Impedimento de licitar e de contratar com a CDSS pelo período de até 02 (dois) anos.

8.2.3 Atraso na entrega da garantia contratual:

Sanção: multa de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor do contrato anual, atualizado por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

8.2.4 O edital de licitação poderá prever outras hipóteses de infrações e suas respectivas sanções, desde que, devidamente justificadas pela área demandante, pela Comissão Julgadora de Licitações ou pelo Pregoeiro.

8.2.5 As disposições deste item aplicam-se a toda e qualquer modalidade contratual, inclusive aos contratos oriundos de dispensa ou inexigibilidade de licitação e nas hipóteses de contratação verbal legalmente admitida.

8.2.6 As sanções previstas nesta seção podem ser aplicadas de forma cumulativa, permitindo-se a junção das penalidades de advertência e multa OU impedimento de licitar, contratar e multa. Não serão admitidas, cumulativamente, as penalidades de advertência e impedimento de licitar e contratar.

8.2.7 As sanções previstas nesta seção serão aplicadas sem prejuízo do dever de reparar eventual dano causado à CDSS.

8.2.8 As sanções previstas nesta seção serão aplicadas sem prejuízo de eventual responsabilização nas esferas penal e civil.

| | | |
|--------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

8.2.9 Na ausência de regulamentação específica no edital ou instrumento contratual, para as pessoas físicas ou jurídicas que, vinculadas por meio de CONTRATO DE USO DE ÁREA DO PORTO ORGANIZADO, além das hipóteses previstas em regulamento próprio, poderão também ser responsabilizadas por:

- a. Contrato provisório - desistência da área ou cancelamento por culpa ou dolo do concessionário/permissionário/autorizado.

Sanção: multa no valor correspondente a 01 (um) mês de remuneração mensal avençado no contrato;

- b. Contrato definitivo – desistência da área ou cancelamento antes do período mínimo estipulado em edital e/ou em contrato:

Sanção: multa no valor correspondente a 01 (um) mês da remuneração mensal avençada no contrato;

- c. Entrega de área concedida sem prévio aviso, conforme estabelecido em instrumento convocatório de licitação ou instrumento contratual:

Sanção: multa correspondente ao valor de 03 (três) meses da remuneração mensal avençada no contrato;

8.2.13 As multas de que tratam as alíneas 'a' e 'b' do item anterior podem ser aplicadas de forma proporcional, a depender do período que faltar para o término do contrato, provisório ou definitivo, da seguinte forma:

- a) Para os contratos provisórios, a critério da autoridade competente, aplicar-se-á a multa de que trata a alínea 'a' na proporção de 1/90 para cada dia faltante ao cumprimento mínimo do contrato;
- b) Para os contratos definitivos, a critério da autoridade competente, aplicar-se-á a multa de que trata a alínea 'b' na proporção de 1/12 para cada mês faltante ao cumprimento mínimo do contrato.

8.2.14 As sanções previstas nesta seção serão aplicadas sem prejuízo do dever de reparar eventual dano causado à CDSS e de eventual responsabilização nas

| | | |
|--------------------------------|------------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231 ^a de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| | ASSUNTO: | | |
| NG – DAF-010 | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

esferas penal e civil.

9 DA INICIATIVA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

- 9.1 A **GLC – GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS** é área responsável pela instrução do processo de apuração de responsabilidade em caso de descumprimento total ou parcial de obrigações estabelecidas no instrumento convocatório (edital), desde a fase licitatória até a assinatura do contrato.
- 9.2 A Área Gestora do contrato será responsável pela instrução do processo de apuração da responsabilidade em caso de descumprimento total ou parcial de obrigações estabelecidas no instrumento contratual, desde a sua assinatura até o recebimento definitivo do contrato.
- 9.3 No caso de infrações relativas à recusa da assinatura do contrato, quando da convocação do licitante dentro do prazo de validade da proposta e após a homologação do edital, a abertura do volume especial do processo de apuração da sanção caberá ao gestor da área interessada e/ou demandante.
- 9.4 **Caso sobrevenham responsabilidades da contratada após o recebimento do contrato, caberá à área gestora a instrução do processo de apuração das condutas, salvo se designada outra equipe de trabalho, a critério do Diretor Presidente da Companhia.**
- 9.5 As infrações praticadas por OPERADORES PORTUÁRIOS no curso da vigência do instrumento de AUTORIZAÇÃO DE ÁREA, ou ainda, em decorrência destes, serão instruídas pela área responsável.
- 9.6 A autoridade competente para deliberar sobre indicar a aplicação das penalidades ou emanar decisões durante a fase apuratória será o Diretor de Administração e Finanças – DAF, no caso de infrações licitatórias; e o Diretor do gestor/área demandante, no caso de infrações contratuais.
- 9.7 Após decisão de primeira instância, os requerimentos e recursos serão deliberados Diretor Presidente.
- 9.8 O Pregoeiro responsável ou membro da Comissão de Licitação, ou ainda, os Gestores do Contrato, conforme o caso abrirá processo SEI (SIGILOSO)

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

remetendo à Gerência de Licitações e Contratos – GLC para análise prévia, sempre que constatado descumprimento de regra estabelecida no edital de licitação ou em cláusulas contratuais ou indícios de qualquer ato ilícito praticado pela licitante ou pela contratada, requisitando instauração de procedimento preliminar para apuração de falta supostamente cometida.

9.9 O processo no SEI será iniciado com o formulário **Requisição de Instauração de Procedimento Apuratório de Penalidade (ANEXO I)**, e conterá a descrição pormenorizada dos fatos acompanhada dos documentos necessários à comprovação dos fatos narrados, contendo, no mínimo:

- a. cópia do instrumento contratual;
- b. atas de realização do pregão eletrônico, se for o caso;
- c. cópia dos documentos ou e-mails trocados com o licitante/contratado;
- d. manifestações expedidas pela unidade responsável demonstrando o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, nas quais conste data de entrega, recebimento e laudo técnico de avaliação, quando for o caso;
- e. eventuais manifestações e requerimentos feitos pela contratada ou licitante, tais como pedidos de prorrogação de prazo solicitados e dos respectivos despachos de deferimento dos pedidos formulados;
- f. eventuais manifestações jurídicas sobre o caso;
- g. eventual processo judicial que tenha por objeto os atos infracionais a serem apreciados;
- h. identificação das cláusulas contratuais e/ou editalícias infringidas;
- i. indicação da penalidade a que está sujeita a empresa, de acordo com a previsão contida no edital ou no contrato, conforme o caso, contendo especificamente qual seria a penalidade recomendada, entre as hipóteses previstas;

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- j. outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.

9.10 Caberá à GLC:

- a análise sumária quanto ao preenchimento dos requisitos mínimos para o prosseguimento do processo;
- Constatada a ausência de requisitos ou o preenchimento inadequado do formulário pela área gestora ou pelo pregoeiro, a GLC solicitará o correspondente aditamento, que deverá ser devolvido no prazo máximo de 15 dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa;
- Findo o prazo de que trata a alínea anterior, a requisição perderá o objeto, tornando-a sem efeito e haverá notificação à Diretoria de Administração e Finanças, para que esta comunique à Diretoria Executiva.
- A omissão do pregoeiro responsável ou membro da comissão de licitações, ou ainda, do gestor do contrato, em reportar indícios infracionais, poderá importar responsabilização funcional. Havendo garantia prestada por meio de seguro-garantia, caberá ao Gestor do Contrato emitir comunicação à seguradora, informando a expectativa de sinistro em razão da abertura do processo administrativo de penalidades.

9.8.2 De posse do processo de aplicação de penalidade devidamente aberto, a GLC efetuará as seguintes ações:

- Elaboração da minuta da “**Notificação de Instauração de Processo para Apuração de Penalidade**” (anexo III), para apreciação e assinatura do agente responsável pela instauração, promovendo posterior remessa ao licitante ou contratado quanto ao descumprimento registrado, às cláusulas infringidas e a abertura de prazo de 10 dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados da data do recebimento da notificação;
- Auxiliar o pregoeiro ou a área gestora no acompanhamento do prazo de recebimento da defesa prévia;
- encaminhamento da defesa prévia ao pregoeiro/gestor do contrato

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

para apreciação dos fatos alegados;

- d) acompanhamento do prazo de 30 dias úteis para julgamento da defesa prévia pelo pregoeiro ou gestor do contrato;
- e) notificação à licitante ou à contratada quanto à decisão de aplicação da penalidade ou acolhimento das razões da defesa prévia, informando prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração, quando for o caso;
- f) auxiliar a área gestora ou o pregoeiro no acompanhamento do prazo para recurso, a contar da data de recebimento da notificação, sendo de responsabilidade do gestor ou pregoeiro a certificação do decurso do prazo;
- g) recebimento e autuação do recurso com remessa à autoridade que emanou a decisão para que, querendo, reconsidere no prazo de 5 dias, a contar do recebimento. Não reconsiderando, deverá enviar os autos à respectiva diretoria para análise do recurso;
- h) acompanhamento do prazo para resposta do recurso;
- i) caso o recurso seja aceito e a penalidade retirada, mediante acolhimento das razões recursais pela Diretoria, caberá à GLC enviar comunicação da decisão ao licitante, gestor do contrato e pregoeiro;
- j) na recusa do recurso, ou em caso de abrandamento da penalidade, os autos serão encaminhados à GLC para registro da penalidade nos órgãos competentes e publicação no D.O.E. Após, será dada ciência ao pregoeiro/gestor do contrato e à pessoa física ou jurídica interessada;
- k) após ciência da manutenção da decisão ou no caso de ausência de interposição de recurso, o gestor, o pregoeiro ou a comissão de licitações, conforme o caso, deverão informar a base de cálculo para aplicação da multa, em caso de penalidade pecuniária, considerando-se, para fins contratuais, o saldo contratual do momento da ocorrência ou do conhecimento da infração;
- l) estabelecida a base de cálculo disposto no item anterior, os autos

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

deverão ser encaminhados à Gerência Financeira para que se promova a respectiva cobrança.

9.9 Da Notificação e da Defesa Prévia

9.9.1 A licitante ou a contratada será notificada para apresentar defesa prévia no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da notificação. A notificação citada deverá conter:

- Identificação da licitante ou contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;
- Finalidade da notificação;
- Breve descrição do fato passível de aplicação de penalidades;
- As cláusulas contratuais/editalícias e/ou legais infringidas e as sanções em tese cabíveis;
- Informação da continuidade do processo, independentemente da manifestação da contratada;
- Prazo para manifestação do intimado;
- Indicação do numero do processo e menção expressa da possibilidade de obtenção de cópia ou vista, com descrição do local dos procedimentos necessários;
- Indicação expressa da possibilidade de produção de provas pela interessada;
- Outras informações julgadas necessárias pela Companhia;
- A notificação será assinada pelo agente que requereu a instauração do procedimento.**

9.9.2 As notificações relativas às fases de defesa prévia e recurso far-se-ão por meio de ofício entregue ao licitante ou à contratada por uma das seguintes

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231 ^a de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|--|--------------|
| NG – DAF-010 | | ASSUNTO: PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

formas:

- a) via correio eletrônico, considerando válida a notificação, mediante devolutiva do aviso de confirmação de leitura ou a resposta do representante ou preposto da licitante ou contratada;
- b) ofício, encaminhado por carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR);
- c) pessoalmente, por intermédio de representante da contratada.
- d) As demais notificações e intimações poderão ser feitas por qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

9.9.3 O recebimento de notificações ou intimações para eventual comparecimento, oitiva ou manifestação observará a antecedência mínima de três dias úteis.

9.9.4 As notificações/intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

9.9.5 A notificação dos atos será dispensada:

- a) quando, no curso do processo, praticados na presença do representante da contratada, desde que, documentados;
- b) quando o representante da contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio no procedimento;

9.9.6 A interessada sempre deverá ser intimada dos despachos ou decisões que lhe imponham deveres, restrições de direito ou sanções.

9.9.7 Deverá haver notificação por meio de publicação de edital no Diário Oficial do Estado, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que a contratada ou licitante se encontrar.

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- a) se, notificada por edital, a interessada não apresentar defesa ou manifestação no prazo estabelecido, é importante que a CDSS disponha, nos autos do processo, as provas que induzem à responsabilidade da licitante/contratada.

9.9.8 A CDSS responderá quaisquer manifestações, questionamentos, formulados pelo licitante ou contratada, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

9.9.9 Os interessados tem direito à vista do processo e à obtenção de cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito de privacidade, à honra e à imagem, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18.

- a) a interessada arcará com os custos da reprodução gráfica, digitalizada. A gravação pen-drive (fornecido pelo interessado) não terá custos.
- b) o valor dos emolumentos relativos à reprodução gráfica ou digitalizada corresponderá a R\$ 0,25 por folha (física ou digital), e R\$ 5,00 pela emissão do boleto, podendo sofrer atualização monetária, mediante aprovação da Gerência Financeira;
- c) As provas propostas pelo licitante ou contratada, quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada;
- d) A competência para deliberação quanto ao fornecimento de reprodução gráfica/digitalizada ou vistas ao processo de penalidade será da Gerência de Licitações e Contratos para os processos relativos às infrações licitatórias; e ao Gestor do Contrato, para as infrações contratuais;
- e) O acesso ao processo não poderá ser negado ao interessado sem justo motivo, devendo-se observar as disposições da Lei Federal 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto 7.724/2012 (Lei de Acesso à Informação);
- f) Dúvidas a respeito do fornecimento de reproduções gráficas/digitalizadas

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | |
|---|---------------------------------------|
| ASSUNTO: | |
| PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| NG – DAF-010 | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 |
| | REVISÃO Nº: |
| | DATA: |

do processo serão dirimidas com DPO – *Data Protection Officer* (Encarregado de Dados – LGPD).

9.10 DAS DELIBERAÇÕES

9.10.1 Das orientações para decisão

9.10.1.1 Após o recebimento da defesa prévia, o Gestor ou o Gerente da GLC, responsável PE instrução processual deverá se manifestar expressamente sobre todos os fatos imputados à licitante/contratada e a sua comprovação ou não, como também, em relação ao enquadramento legal de cada irregularidade e às sanções correspondentes, por meio de um Relatório Final. O relatório é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento, sendo acrescido de proposta fundamentada de decisão.

9.10.1.2 O Gestor ou o Gerente da GLC, na qualidade de julgadores da instância inicial, emitirão decisão fundamentada, podendo, ao final, entender pela:

- a) Aplicação de sanção nos moldes sugeridos na notificação;
- b) Não aplicação da sanção ou diminuição do percentual pecuniário;
- c) Acolhimento parcial da defesa, abrandando a penalidade, mediante alteração da sanção ou diminuição do percentual pecuniário;
- d) Acolhimento total da defesa, afastando a penalidade sugerida.

9.10.1.3 Em hipótese alguma poderá o julgador agravar a penalidade inicialmente sugerida na notificação de apuração, sem a superveniência de novos fatos e sem a renovação do prazo para o contraditório.

9.10.1.4 As decisões serão expressamente motivadas, não sendo permitido basear-se em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

9.10.1.5 A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive em face das possíveis alternativas.

9.10.1.6 A decisão que, incidentalmente, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | |
|--|--------------------------------|
| ASSUNTO: | |
| PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| NG – DAF-010 | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 |
| REVISÃO Nº: | DATA: |

suas consequências jurídicas e administrativas.

9.10.1.7 Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da licitante ou da contratada.

9.10.1.8 As sanções já aplicadas levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

9.10.1.9 A contratada ou licitante será notificada da decisão, devendo receber cópia de inteiro teor.

9.10.1.10 Em caso de dúvidas procedimentais, pode o gestor consultar o AJUR – Assessoria Jurídica, ou, no que couber, o GLC, mantendo sempre sua responsabilidade sobre o mérito da decisão.

10 DO RECURSO

10.1 Da decisão que aplica as sanções previstas nesta norma cabe recurso administrativo, no prazo de dez dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.2 O recurso não terá efeito suspensivo sobre a decisão recorrida;

10.3 Mediante requerimento expresso por parte interessada e por deliberação devidamente fundamentada, poderá ser atribuído efeito suspensivo ao recurso administrativo, desde que ausente qualquer possibilidade de prejuízos à CDSS.

10.4 O recorrente deverá expor os fundamentos do recurso, impugnando especificadamente os pontos de seu inconformismo, podendo, para tanto, juntar documentos que julgar conveniente para provar o alegado.

10.5 O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida, cujo protocolo será feito à GLC, de forma presencial, por correspondência, ou ainda, por meio eletrônico devidamente admitido pela CDSS.

10.6 A **peça recursal será autuada pela GLC** que encaminhará os autos ao agente

| | | |
|--------------------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231 ^a de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

recorrido para manifestação sobre eventual reconsideração de sua decisão, no prazo de cinco dias úteis.

- 10.7 Após, os autos poderão ser encaminhados ao AJUR, que analisará aspectos legais e jurídicos das alegações apresentadas e emitirá parecer opinativo, e, continuamente, encaminhará ao superior imediato daquela autoridade que proferiu a decisão (gestor ou área interessada) para julgamento.
- 10.8 O Termo de Julgamento deverá cotejar a admissibilidade recursal, breve relato dos fatos, fundamentos (razões de decidir) e, finalmente, a decisão que poderá:
- a) não conhecer o recurso pela ausência do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade (tempestividade, cabimento e interesse na mudança da decisão), ocasião em que não analisará as razões recursais;
 - b) conhecer e acolher o recurso para reformar a decisão de primeira instância, absolvendo a interessada ou diminuindo-lhe a penalidade;
 - c) conhecer e acolher o recurso para declarar eventual nulidade insanável;
 - d) conhecer e rejeitar o recurso, mantendo a decisão de primeira instância;
 - e) conhecer e rejeitar o recurso, podendo agravar a decisão de primeira instância, desde que, devidamente demonstradas as razões do agravamento, apontando especificamente as provas utilizadas para convencimento;
- I. na hipótese da alínea “a” deste item, poderá a autoridade julgadora admitir o recurso ainda que extemporâneo, desde que o faça por decisão devidamente fundamentada, em homenagem aos princípios do contraditório e ampla defesa;
 - II. o julgamento recursal ficará adstrito aos fatos imputados na notificação como supostamente praticados pelo licitante ou contratado, bem como aos fatos trazidos na defesa, apresentada pela licitante ou contratada, não sendo permitido conhecer de

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

novos fatos ou novas infrações. É admitida, contudo, a reanálise da capitulação normativa da(s) conduta(s) objeto de apreciação.

10.9 Ainda que não haja apresentação de recurso, os autos serão remetidos ao AJUR para elaboração de parecer opinativo, e, continuamente, serão encaminhados à Diretoria Executiva, para ratificação, observando, no que couber, o item 10.5 da seção do Recurso.

10.10 Expedido o Termo de Julgamento, a Diretoria encaminhará os autos ao GLC para dar publicidade ao ato, promover o lançamento da penalidade no SICAF e comunicar o interessado da decisão.

10.11 Após as providências constantes no item anterior, caso a penalidade seja pecuniária e seja relativa à infração contratual, os autos deverão ser encaminhados ao gestor para atestar o saldo do contrato ao tempo da identificação da infração, que servirá de base para a aplicação da sanção de multa, devendo, posteriormente remeter à gerência financeira para cobrança.

10.12 Exaure-se a esfera administrativa:

10.12.1 Com o fim do prazo recursal, sem interposição de recurso da decisão do pregoeiro ou do gestor;

10.12.2 Havendo interposição de recurso, com a decisão definitiva.

11 DA DELIBERAÇÃO SOBRE CONTINUIDADE OU RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 Da Rescisão Contratual

11.1.1 Além das sanções previstas nesta norma, quando couber, poderá ocorrer rescisão contratual quando a conduta do contratado acarretar graves consequências para a CDSS.

11.1.2 Constituem motivos para rescisão contratual, assegurado sempre o contraditório e a ampla defesa, os dispostos nos itens abaixo relacionados e os preceitos de direito privado constantes nos artigos de nº 472 até 480 do Código Civil de 2002:

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- a) a inexecução ou o inadimplemento parcial ou total do contrato, ou o cometimento de imperícia ou falta grave que, provoque dano ou prejuízo à CDSS;
- b) a realização de serviços não contratados;
- c) a subcontratação parcial ou total dos serviços ora contratados, em desacordo com o estabelecido no Contrato;
- d) descumprimento ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal;
- e) atraso injustificado do início do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CDSS;
- f) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CDSS;
- g) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- h) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- i) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- j) a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- k) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- l) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, da qual a CONTRATADA tenha sido notificada;

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- m) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- n) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- o) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- p) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- q) a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- r) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- s) descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- t) rescisão unilateral pela CDSS em razão de decisões provenientes do Plano de Desestatização;
- u) o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- v) o não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da contratada que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis;
- w) o edital de licitação poderá prever outras hipóteses específicas de rescisão contratual, desde que, devidamente justificadas.

| | | |
|--------------------------|------------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- x) a CONTRATADA poderá apresentar justificativas sobre eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços ou o fornecimento dos produtos ora contratados ou cumprimento das condições previstas no contrato, ficando ao exclusivo critério da CDSS o julgamento das justificativas apresentadas, para efeitos de rescisão contratual.

12 DOS PRAZOS PROCESSUAIS

12.1 Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, durante o horário administrativo de funcionamento da CDSS.

12.2 Na contagem dos prazos nos processos administrativos sancionatórios da CDSS, computar-se-ão somente os dias úteis, excluir-se-á o dia do início e, incluir-se-á o dia do vencimento.

a) o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se, quando do vencimento, não houver expediente na CDSS, ou ainda, quando este for encerrado antes do horário normal de funcionamento, desdeque, comprovada a tentativa frustrada de protocolo, neste último caso;

b) nos casos omissos, deverão ser aplicadas as disposições do Código de Processo Civil, para contagem de prazos.

12.3 Caso o gestor, no curso da instrução do processo de penalidade, entenda por conceder prazo para que a contratada execute determinada obrigação, o prazo será sempre contínuo, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, salvo disposição contratual ou constante do edital em sentido contrário.

12.4 a contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação;

12.5 os casos de descumprimento de obrigações trabalhistas, a contagem do

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

período de atraso será iniciada imediatamente, após o esgotamento do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dias não úteis.

13 DAS CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

- 13.1 Na aplicação das sanções, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:
- a) a natureza e a gravidade da infração;
 - b) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários;
 - c) a vantagem auferida em virtude da infração;
 - d) as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;
 - e) os antecedentes da contratada ou licitante;
 - f) o custo/benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.
- 13.2 No concurso de agravantes e atenuantes, a autoridade administrativa aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.
- 13.3 A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção, tampouco de indenizar eventuais prejuízos causados à CDSS decorrentes de atos danosos.
- 13.4 A pena de multa será aplicada de acordo com o edital da licitação e/ou cláusulas contratuais correspondentes, e poderá ser cumulada com as demais sanções previstas nas Leis nº 13.303/2016 e nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Regulamento Interno de Licitações e demais normas internas da CDSS.
- 13.5 Findo o procedimento apuratório e declarada a penalidade pecuniária pela autoridade competente, o valor da multa aplicada, bem como eventuais

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|--|-------|
| NG – DAF-010 | | ASSUNTO: PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

parcelas indenizatórias serão pagos pelo sancionado, preferencialmente na seguinte ordem:

- a) retenção dos pagamentos devidos pela administração, caso haja instrumento contratual firmado, ainda que decorrente de avença alheia ao objeto da sanção;
- b) pago por meio de boleto bancário expedido pela Gerência Financeira;
- c) descontado do valor da garantia prestada;
- d) cobrado extrajudicialmente;
- e) cobrado judicialmente.
- f) Considerados infrutíferos os meios de cobrança previstos nas alíneas de “b” e “d” deste item, o valor apurado será levado à atualização monetária pela Gerência Financeira e submetido ao AJUR para cobrança judicial.

13.6 Para fins de dosimetria, **sugere-se** à autoridade sancionadora a seguinte gradação para a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a CDSS:

- a) pelo período 2 (dois) meses, aquele que deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- b) pelo período de 4 (quatro) meses, aquele que:
 - i. não mantiver a proposta;
 - ii. não assinar o contrato/ata de registro de preços;
 - iii. ensejar o retardamento da execução do certame.
- c) pelo período de 12 (doze) meses, aquele que falhar na execução do contrato;
- d) pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, aquele que:
 - i. fizer declaração falsa ou apresentar documentação com informações inverídicas ou com indícios de falsidade;
 - ii. comportar-se de modo inidôneo;

| | | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|---|-------------------------|-------------------------------------|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- iii. fraudar na execução do contrato;
- iv. cometer fraude fiscal.

13.6.1 As disposições das alíneas “a” a “d”, do item anterior referem-se à mera recomendação, não constituindo, em hipótese alguma, vinculação de caráter obrigatório para aplicação da penalidade, devendo a autoridade competente promover um juízo de razoabilidade, conforme o caso concreto.

13.6.2 O prazo das sanções de impedimento de licitar e contratar terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial da Estado.

13.6.3 A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à CDSS, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros. Refere-se às irregularidades com baixíssimo potencial de gravidade para o interesse público protegido pelo contrato. Seu objetivo é o de informar o particular para que regularize sua conduta, visando resguardar a execução do contrato e evitar penalidades mais graves no futuro.

13.6.4 **Reincidência:** caso o contratado ou licitante já tenha sido efetivamente sancionado dentro do prazo de dois anos, e venha a cometer nova infração, a penalidade poderá ser agravada, considerando-o como reincidente.

- a) tratando-se de penalidade inicial de advertência, poderá ser aplicada a penalidade de multa e/ou impedimento de licitar e contratar;
- b) tratando-se inicialmente de penalidade pecuniária, a multa poderá ser agravada em até 50% da penalidade inicialmente prevista, desde que não ultrapassado o valor de 20% do valor da proposta ou do saldo contratual;
- c) tratando-se inicialmente de penalidade de impedimento de licitar, o prazo poderá ser aumentado, respeitado o limite máximo de 2 (dois) anos, no caso da utilização da dose metria da pena;
- d) Para as contratadas, serão consideradas hipóteses de reincidência apenas as infrações relativas ao mesmo contrato;

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

- e) Para os licitantes, serão consideradas hipóteses de reincidência as infrações advindas de outros certames, na fase de licitação. Eventual infração decorrente de execução contratual não poderá ser considerada para fins de reincidência parapenalidades licitatórias;
- f) Decorrido o prazo de dois anos após a aplicação da sanção, esta não poderá ser considerada para fins de reincidência;
- g) Nas relações contratuais de concessão de uso realizadas pela CDSS, além da previsão desta norma, os operadores estarão sujeitos, no que couber ao:
 - a. Código de Conduta Ética e Integridade da CDSS;
 - b. Regulamento de Licitações e Contratos;
 - c. Demais Regulamentos Internos, quando cabível.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1.1 Na hipótese de a contratada praticar quaisquer dos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, durante ou após a execução do contrato, aplicar-se-ão as penalidades e o procedimento nela previstos, conforme Decreto nº 11.129/2022.
- 14.1.2 Qualquer empregado, licitante, contratado ou particular poderá fazer denúncia de irregularidades ocorridas nos procedimentos licitatórios e nas relações contratuais com a CDSS.
- 14.1.3 **Esta norma entrará em vigor na data de sua aprovação.**

| | | |
|---|---------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|---|---------------------------------------|--|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

FONTE/REFERÊNCIA

Sem prejuízo das demais normas plenamente aplicáveis, a presente norma sujeita-se às seguintes legislações vigentes:

- Res. ST nº 40/1994
- Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia *Docas de São Sebastião*(rev.2)
- Civil: Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- Código de Processo Civil: Lei 13.105, de 16 de março de 2015;
- Decreto-Lei 4.657, de 04 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às norma do Direito Brasileiro;
- Lei 12.846, de 01 de agosto de 2013 - dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais;
- Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022 - regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Manual de Sanções – TCU <https://portal.tcu.gov.br/data/files/1D/D4/FA/F1/B5AD4710D614BB47E18818A8/Manual%20de%20sancoes.pdf> (22/12/2023)
- CEAGESP – Sanções Administrativas aos Licitante e Contratados - <https://ceagesp.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/NP-AD-046-Sanc%C3%A7%C3%B5es-Administrativas-aos-Licitantes-e-Contratados.pdf> (28/12/2023);
- BASE DE CONHECIMENTO DA CGU - <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/77937> (12/01/2024)

| | | |
|--------------------------|------------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |



NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

ANEXO I - REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE PENALIDADE

| | | |
|---|--|----|
| | REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE PENALIDADE | Nº |
| DE: | | |
| PARA: | | |
| PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA A SER RESPONSABILIZADA: | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO: | | |
| EDITAL OU CONTRATO: | | |
| PREGOEIRO: | | |
| GESTOR DO CONTRATO: | LOTAÇÃO: | |
| CONDUTA IMPUTADA: | | |
| DISPOSITIVO INFRINGIDO (EDITAL/CONTRATO/NORMA/LEI: | | |
| PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ÁREA: | | |
| JUSTIFICATIVA PARA INSTAURAÇÃO: | | |
| SUGESTÃO DE SANÇÃO: | | |
| DOCUMENTOS PARA DEMONSTRAÇÃO DA CONDUTA (LISTAR DOCUMENTOS) | | |
| 1 | | |
| 2 | | |
| 3 | | |
| 4 | | |
| 5 | | |
| 6 | | |
| 7 | | |
| 8 | | |
| 9 | | |
| 10 | | |

GESTOR /PREGOEIRO

| | | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|---|-------------------------|-------------------------------------|



NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASSUNTO:

NG – DAF-010

PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO:
01.01.01.01

PRIMEIRA EDIÇÃO:
25/07/2024

REVISÃO Nº:

DATA:

APROVAÇÃO: CONSAD

231^a de 25/04/2024

VIGÊNCIA:

25/07/2024

ELABORAÇÃO:

Auditoria/abril/2024

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

NG – DAF-010

ASSUNTO:

PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO


CLASSIFICAÇÃO:
01.01.01.01

PRIMEIRA EDIÇÃO:
25/07/2024

REVISÃO Nº:

DATA:

ANEXO II - DELIBERAÇÃO - DEFESA PRÉVIA - PROCESSO DE APURAÇÃO

| | | |
|--|---|----|
|  | DELIBERAÇÃO - DEFESA PRÉVIA - PROCESSO DE APURAÇÃO | Nº |
| AUTORIDADE JULGADORA: | | |
| BREVE RELATO DOS FATOS: | | |
| IMPORTANTE: O presente formulário consiste em orientação para a autoridade julgadora, sendo permitido desenvolver o formato e as teses que entender adequados, desde que aborde todos os tópicos aqui descritos: | | |
| DECISÃO: | | |
| I. | A DEFESA FOI PROTOCOLADA DENTRO DO PRAZO ()SIM () NÃO | |
| II. | CASO ENTREGUE FORA DO PRAZO, O (A) JULGADOR (A) AINDA RECONHECE O RECEBIMENTO DA DEFESA E ACEITA FAZER A ANÁLISE DOS ARGUMENTOS ? | |
| III. | A DEFESA FOI ASSINADA POR REPRESENTANTE DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA INTERESSADA OU POR PROCURADOR? ()SIM ()NÃO | |
| IV. | A DEFESA APRESENTOU JUSTIFICATIVA DOS FATOS A ELA IMPUTADOS? | |
| V. | QUAIS ARGUMENTOS FORAM TRAZIDOS EM DEFESA? | |
| VI. | A DEFESA MERECE SER ACOLHIDA OU REJEITADA? EM SUA TOTALIDADE? (SE NÃO, DEFINA QUAIS PONTOS MERECEM SER ACOLHIDOS E QUAIS MERECEM SER REJEITADOS): | |
| VII. | DISCORRA SOBRE CADA UM DOS MOTIVOS PARA ACOLHIMENTO OU DE REJEIÇÃO DA DEFESA, APONTANDO, SE POSSÍVEL, DOCUMENTOS QUE DÃO BASE À DECISÃO: | |

ASSINATURA DO JULGADOR
GESTOR /PREGOEIRO


APROVAÇÃO: CONSAD
231ª de 25/04/2024

VIGÊNCIA:
25/07/2024

ELABORAÇÃO:
Auditoria/abril/2024

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

ANEXO III -MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE

| | |
|---|--|
|  | MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE |
| (Uso exclusivo da GLC: Gerência de Licitações e Contratos) | |
| À empresa NOME DA EMPRESA ENDEREÇO DA EMPRESA | |
| Referência: Processo Administrativo nº ____/ANO - Apuração de Penalidade | |
| OBJETO: | |
| NOTIFICAÇÃO Nº ____/ANO/CDSS | |
| DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO APURATÓRIO DE PENALIDADE | |

Considerando o disposto na lei _____, ante a irregularidade apontada pela área gestora ou área de licitações, em relação ao descumprimento das Cláusulas _____ do Contrato nº _____ ou item _____ do Edital de Licitação nº ____/ANO, o que pode culminar nas penalidades previstas na Cláusula _____, do Contrato nº _____ ou do item _____, do Edital de Licitação nº ____/ANO, que teve por objeto - _____, o Gerente da Gerência de Licitações e Contratos **OU** o Gestor do Contrato, **OU** ainda o Pregoeiro, no uso de suas competência resolve:

Notificá-lo da instauração do processo administrativo de apuração de suposta infração cometida por esta empresa, enquanto fornecedor/prestador/licitante do Contrato nº _____ ou Edital de Licitação nº ____/ANO, no bojo do Processo Administrativo nº ____/ANO/CDSS. Para tanto, foi instaurado o Volume Especial de Penalidades ao referido Processo Administrativo.

Em suma, teria esta empresa (breve histórico dos fatos praticados pela empresa durante a execução do contrato ou pelo licitante durante o certame ou até a assinatura do contrato com a CDSS, indicando as infrações cometidas pela empresa ou licitante). Desta forma, a empresa ou licitante poderá ser penalizada (apontar as possíveis sanções)

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|



NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|--|-------|
| ASSUNTO: | | | |
| NG – DAF-010 | | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

Desta feita, como já mencionado acima, incorre a empresa no seguinte dispositivo: (colocar as cláusulas ou itens do edital).

Por todo o exposto, fica a empresa _____ notificada da instauração do referido procedimento, podendo apresentar DEFESA PRÉVIA no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento desta.

As razões da defesa deverão ser protocolizadas dentro do prazo legal, por representante da empresa _____, por seu portador, _____, mediante _____ correio eletrônico: _____, OU ser protocolada pessoalmente no setor administrativo da Gerência de Licitações e Contratos, OU ainda, por correspondência, nas dependências da sede da CDSS, localizada na Avenida Doutor Altino Arantes, 372, Centro, São Sebastião/SP – CEP.: 11608-623.

Para fins de contagem de prazo exclui-se o dia de início (dia do efetivo recebimento da notificação) e inclui-se o dia de fim do prazo.

Cumpre esclarecer que o processo administrativo nº _____/ANO – Gestão Penalidade _____, poderá ser disponibilizado para vistas e cópias (físicas ou digitais) das peças necessárias à elaboração da defesa, o que, no caso de solicitação de cópias haverá cobrança dos emolumentos.

Decorrido o prazo acima descrito, onde se assegura o princípio do contraditório e da ampla defesa, serão adotados os procedimentos facultados à CDSS, para a aplicação das sanções cabíveis e previstas, sem prejuízo da reparação de eventuais prejuízos aqui não declarados.

São Paulo, _____ de _____ de 20____.

Nome
Gerente da GLC
Gerência de Licitações e Contratos

OU

Nome
Gestor do Contrato

| | | |
|---|-------------------------|-------------------------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|---|-------------------------|-------------------------------------|

NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

ANEXO IV – RELATÓRIO FINAL – PROCESSO APURATÓRIO

| DADOS DO PROCESSO | |
|---|---|
| PROCESSO SEI | |
| CONTRATO Nº | |
| EDITAL Nº | |
| EMPRESA APURADA: | |
| CNPJ DA EMPRESA | |
| INFRAÇÃO CONSTATADA DURANTE A (O): | () licitação () Contrato |
| NOME DA AUTORIDADE JULGADORA (Gestor do Ctt ou Gerente GLC) | |
| INICIATIVA DE INSTAURAÇÃO: | Ex.:Pregoeiro/Comissão Julgadora/ Gestor |

I BREVE RELATO DOS FATOS

- Em ____/____/20____ (fls.), foi instaurado o processo administrativo visando a contratação dos serviços.
- (recomenda-se citar brevemente a execução contratual e prorrogações até o momento da ocorrência dos serviços).
- Prosseguiu-se então a abertura do Processo de Gestão de Penalidade ao Processo nº SEI....., ____/____/20____, resumindo os fatos, apontando as infrações e juntando a documentação necessária.
- Assim, com base em todo o processo principal, promoveu-se a notificação à empresa (nome da empresa) em ____/____/20____, cuja entrega se efetivou em ____/____/20____, consoante fls (ou nº documento SEI).
- Na Notificação fanqueou-se à empresa (nome da empresa) a produção de DEFESA PRÉVIA, no prazo de 10 dias úteis a contar do seu recebimento, em observância ao devido processo legal.
- No último dia de prazo o procurador/representante da (nome da empresa) encaminhou por e-mail/protocolo/correspondência a peça defensiva e anexos, totalizando ____páginas.
- Dessa forma, passa-se à análise.

II - DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

1. DA TEMPESTIVIDADE

- Verifica-se tempestiva a presente peça defensiva, haja vista o recebimento da Notificação (informar a forma de recebimento da defensiva em ____/____/20____), sendo franqueado à empresa o prazo de 10 dias úteis para apresentação de defesa prévia.
- Portanto, o prazo final par apresentação da defesa foi o dia ____/____/20____, considerando a exclusão do dia da notificação e a inclusão do último dia de prazo. Acusou-se o recebimento da peça defensiva em ____/____/20____, às hs., por (forma do recebimento, na

| | | |
|--------------------|------------|----------------------|
| APROVAÇÃO: CONSAD | VIGÊNCIA: | ELABORAÇÃO: |
| 231ª de 25/04/2024 | 25/07/2024 | Auditoria/abril/2024 |

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------|
| NG – DAF-010 | ASSUNTO: | | |
| | PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO | | |
| CLASSIFICAÇÃO: 01.01.01.01 | PRIMEIRA EDIÇÃO: 25/07/2024 | REVISÃO Nº: | DATA: |

pessoa da Sr(a) _____, da Gerência de Licitações e Contratos ou ao endereço de email.....@portoss.com.br.

2. DO CABIMENTO

10. Encontra-se cabível a apresentação das razões de defesa, vez a empresa (nome da empresa) foi instada a se manifestar acerca do procedimento apuratório para aplicação da sanção, em homenagem aos princípios do contraditório, ampla defesa e o devido processo administrativo. Usou, portanto, do direito que lhe foi oportunizado, tudo em observância ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988.

3. DA LEGITIMIDADE E A REGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO

11. É legítima a defendente no sentido de ser a esta imputada a conduta infratora no curso do processo licitatório/contratual da CDSS, qualificando-se como interessada e legitimada a apresentar a presente defesa. Analisando os documentos anexos à defesa da (nome da empresa), cabe registrar as observações realizadas acerca da procuração apresentada para representação da empresa.

12. Juntou o procurador da defendente um mandato assinado pelo empresário (nome). O documento concede ao mandatário os poderes da cláusula ad judicium et extra, com poderes gerais e específicos.

13. Identifica-se, portanto, a regularidade na representação.

III – DOS ARGUMENTOS TRAZIDOS NA DEFESA PRÉVIA

14. (Citar cada tópico apresentado na defesa e tecer considerações pertinentes).

15. (Informar se acolhe ou não cada argumento)

IV – DA CONCLUSÃO

16. Após análise detalhada de todo o processo, bem como da peça defensiva e dos documentos juntados, esta autoridade julgadora entende pelo recebimento da defesa e, no mérito, pelo ACOLHIMENTO TOTAL / ACOLHIMENTO PARCIAL / NÃO ACOLHIMENTO (caso haja acolhimento de qualquer argumento, já será considerado acolhimento parcial defesa), para:

17. Concluir pela materialidade e autoria da infração cometida pela empresa (nome), por (informar a infração cometida), durante a (licitação, contrato), nos termos do item....., ocasião em que estaria apta a sofrer as sanções previstas no item.....do RLC da Companhia e no art. Xxx da Lei.....

18. Entende-se, portanto, pela aplicabilidade da sanção de _____, em decorrência do evento apurado, sem prejuízo de reanálise por parte da autoridade superior e de eventual demonstração de prejuízos apurados posteriormente.

19. Anexos (caso queira juntar documentos comprovando os fundamentos).

São Sebastião, de 20

Nome do Gestor/Pregoeiro/Comissão Julgadora

| | | |
|--|------------------------------------|--|
| APROVAÇÃO: CONSAD 231ª de 25/04/2024 | VIGÊNCIA: 25/07/2024 | ELABORAÇÃO: Auditoria/abril/2024 |
|--|------------------------------------|--|



NORMA INTERNA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

NG – DAF-010

ASSUNTO:

PAR – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO:
01.01.01.01

PRIMEIRA EDIÇÃO:
25/07/2024

REVISÃO Nº:

DATA:

HISTÓRICO DE REVISÕES

| VERSÃO | ITEM | ALTERAÇÃO/DESCRIÇÃO | DATA |
|----------|------------------|---------------------|------------|
| Original | Minuta AUDITORIA | | 12/01/2024 |
| Original | Aprovação CONSAD | | 25/04/2024 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

APROVAÇÃO: CONSAD

231ª de 25/04/2024

VIGÊNCIA:

25/07/2024

ELABORAÇÃO:

Auditoria/abril/2024